

A candonga que Angónia combate

por Ricardo Timane

5/11/82

O movimento de pessoas carregando ilegalmente milho para o Malawi, sucede-se. Estamos na localidade de Domué, no distrito da Angónia, e a fronteira com aquele país vizinho, fica apenas a escassos dois quilómetros. E o que estamos a contar, é somente um dos aspectos da saída ilegal de produtos moçambicanos da Angónia com destino ao Malawi.

Do outro lado da fronteira, há uma moagem e um armazém que aguardam o precioso cereal, que é uma das principais produções do distrito da Angónia. mas que, por exemplo, escasseia na Cidade de Tete, já para não falar de muitos outros pontos do País.

Do outro lado da fronteira, há também algumas lojas com artigos como sabonetes, cerveja, refrescos, capulanas, cobertores, óleo, etc. E, estranhamente alguns destes bens de consumo que faltam no mercado do distrito da Angónia, vieram precisamente da Angónia percorrendo os caminhos clandestinos da candonga.

De modo que, se dá uma, ainda mais, estranha ocorrência. A população não encontra no distrito alguns produtos de que necessita, como o açúcar, sabão, óleo, capulanas, pilhas, arroz e outros. Não os encontra, mas apesar de uma parte deles não chegar ao distrito, uma outra parte como capulanas, cobertores e sabão, por exemplo, chega lá com efeito, provindo das estruturas provinciais do Comércio Interno.

Só que são desviados por comerciantes que os vão vender no Malawi, para aí adquirirem mercadorias que depois revendem em Moçambique a preços altamente especulativos.

Resultado: a população compra nas lojas do nosso vizinho, em moeda estrangeira, adquirida com a venda ilegal do milho, os mesmos produtos que poderia comprar em Moçambique, exactamente o açúcar, sabão e capulanas, desde que não houvesse a intromissão dos candongueiros. Quer dizer, de uma só vez, a população e os cofres do País, perdem produtos e divisas.

Mas a venda de milho pela população em território vizinho tem igualmente uma outra raiz. Há falta de combustível na Angónia e, de maneira geral, em Tete. E isso, além de afectar profundamente a produção e comercialização agrícola, (este ano corre-se o risco de uma parte importante da colheita de milho, nem sequer sair dos campos para os armazéns),

provoca a paralisação das moagens da região.

Ora, tradicionalmente, a população obtém a farinha de milho, que é a base da sua alimentação, nas moagens. Não estando estas a funcionar a população atravessa a fronteira para o país vizinho, para vender milho que produziu, obtendo assim o dinheiro malawiano para custear as despesas de moagem.

Por outro lado (até parece ficção) havendo escassez de «diesel», ainda assim, do pouco que chega ao distrito, uma parte acaba também, por cair nas mãos de candongueiros, que o vão transaccionar no Malawi.

Os factos que acabámos de descrever, foram relatados por diversos militantes durante o Seminário Distrital de Estudo das Teses na Angónia, quando estavam em discussão as Teses IV e V, relativas a problemas económicos.

Mas em termos gerais, o abastecimento de alimentos é razoável na Angónia, na opinião dos residentes, principalmente em milho, batata, hortícolas e carne que, de resto, são

produção local. As faltas verificam-se em produtos a que no texto já fizemos referência, sendo também de considerar a escassez em outro tipo de artigos tais como cadernos, painéis, pratos, peças sobressalentes para bicicletas e instrumentos de produção como enxadas, catanas e machados.

As propostas de solução que o Seminário considerou, seguem a linha de orientação dominante em toda a reunião, ou seja o privilegiar das soluções mais ao alcance dos meios e possibilidades do distrito.

Para os problemas da candonga, embora sabendo-se que esta só poderá terminar com o aumento da produção e o pleno abastecimento, indicaram-se medidas de carácter mais imediato. Uma delas, por exemplo, é a fiscalização, através de brigadas, e a punição das infracções nos tribunais.

Sobre isso uma militante relatou a experiência da sua localidade no combate à candonga de «diesel», em que por decisão a Assembleia do Povo as autoridades competentes tomaram a seu cargo o problema. Só que o processo acabou por não ser conduzido aos tribunais, terminando os infractores por não serem castigados.



O debate das Teses na Angónia. (Foto de César Bila)